



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta.

AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Debater a solidez da política econômica brasileira apresentando análise acerca do seu panorama, perspectivas para a próxima década, priorizando temas que influenciam a competitividade da economia.

Já comuniquei aos senhores que o debate hoje era entre o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo e o Prof. Marcos Lisboa. Infelizmente, o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo telefonou – tentamos resolver o problema da passagem – e disse que perdeu o avião. Nós tentamos, pela manhã, contornar a situação, mas não foi possível. Ele pede desculpas a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas tenho certeza de que vamos ter aqui um importante debate, porque o Prof. Marcos Lisboa foi Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; conduziu importante agenda de reformas microeconômicas; ocupou o cargo de Vice-Presidente do Itaú Unibanco, até há pouco; é Vice-Presidente do Insper; é doutor em Economia da Universidade da Pensilvânia; e fez mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Queremos convidar...

Já está aqui o Prof. Marcos Lisboa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, permite-me uma palavra só?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aproveitando, Prof. Lisboa, o que aconteceu com o Prof. Belluzzo – o que pode acontecer com qualquer um –, a gente deveria montar um sistema para que, quando isso acontecesse, e hoje em dia a técnica permite, nós tivéssemos um debate com ele lá e a gente aqui. Essa tela que se põe por aqui permite.

Se nós fizermos um contato com o Interlegis, é capaz de eles conseguirem montar esse sistema rapidamente. Ele ficando em um lugar que tenha telefone, a gente pode assistir a ele, ouvir a fala dele e até debater com ele. É uma sugestão que eu deixo para evitar que aconteça isso outras vezes e ficarmos sem a palavra de uma pessoa como ele.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está muito difícil sempre o deslocamento de São Paulo e Rio. Venho sempre no dia anterior, porque, por exemplo, o aeroporto do Rio fecha muito. O deslocamento para as



reuniões de 10 horas da manhã são sempre muito complicadas – assim o diga o Senador Delcídio do Amaral.

Muito obrigado, Prof. Marcos Lisboa. Eu passo, imediatamente, a palavra ao senhor.

O SR. MARCOS LISBOA – Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite.

Acho que é um momento polêmico para a nossa economia. Acho que a economia, depois de três anos, tem tido uma recuperação muito aquém do esperado, uma recuperação mais lenta. A melhora que estamos observando, nos últimos meses, está vindo com dois anos de atraso. É um quadro de uma economia que se recupera. Não é um quadro de uma economia numa situação extremamente difícil, mas é um quadro de uma economia com um comportamento medíocre, uma economia com a perspectiva de crescimento potencial na faixa de 2, 3%, infelizmente, e que, na hora em que se aproxima de uma recuperação, depois de um ano fraco, como o ano anterior, com uma pequena recuperação este ano, a pressão inflacionária se manifesta. Então, é um momento difícil.

Na verdade, esse momento vem desde o fim da década passada. Quer dizer, durante o Governo Lula, sobretudo até 2008, a economia brasileira apresentou um crescimento um ponto percentual acima do que na década de 90. Quer dizer, houve uma melhora importante da década passada com crescimento que se deveu, sobretudo, a ganhos de produtividade.

Quando analisamos por que a economia brasileira cresceu mais na década de 2000 do que na década de 90, o capital não contribui mais, o investimento não contribui mais, o trabalho não contribui mais. O que contribuiu foi produtividade. A produtividade total da nossa economia cresceu um ponto a mais por ano ao longo da década passada. Infelizmente, esse ganho de produtividade deixou de ocorrer a partir de 2009, 2010. Quer dizer, desde então, a produtividade da economia vem crescendo a taxas decrescentes e os setores que tinham sido até então mais dinâmicos – serviços, comércio – deixaram de ser. Quem ainda continua dinâmico é o agronegócio.

Então, de 2010 para cá, o agronegócio continua com bom dinamismo. Serviços e comércio, que foram os mais dinâmicos na década passada, vêm perdendo, e a produtividade vem crescendo a taxas cadentes, cada vez menores. E com um detalhe, quem emprega no Brasil são serviços, comércio. São os setores responsáveis por 70% do emprego no Brasil. Então, esse forte crescimento dessa atividade da década passada foi o que sustentou o emprego, mas a produtividade vem crescendo a taxas cada vez menores nesses setores.

A indústria vem num momento difícil desde meados da década passada, ela tem apresentado uma recuperação tardia, uma recuperação que tem frustrado as expectativas. Há recuperação – os dados do mês passado foram favoráveis – a se ver se os dados continuam favoráveis nos próximos meses. Tudo indica uma recuperação, mas, de novo, uma recuperação com crescimento



em torno de 2,5%. Um crescimento melhor do que o do ano passado, bem melhor do que o do ano passado, mas, no ano passado, tivemos uma economia quase parada. Neste ano, o crescimento tem sido medíocre e, infelizmente, as perspectivas para os próximos anos – e essa eu acho que é o que mais preocupa – não são melhores. Quer dizer, não se trata de uma questão conjuntural, um crescimento fraco neste ano e uma possível recuperação mais forte nos anos à frente.

Os indicadores de produtividade da nossa economia são frágeis, e eles não parecem indicar uma capacidade de retomada de crescimento sustentável, 4,5% ao ano, durante longos anos. Poderíamos ter um ano um pouco melhor, um ano um pouco pior. Não há nenhum grande problema à frente, mas também não há nenhum grande cenário à frente. É uma economia que retorna a ser mais medíocre, com mais imperfeições, mais distorções.

E qual é a razão dessa piora da economia? O cenário externo é sempre uma desculpa conveniente. Infelizmente, no caso do Brasil, parece ser mais desculpa do que conveniência.

A América Latina tem claramente três blocos de países com escolhas distintas. Países que não são muito diferentes, países de renda média, países que foram beneficiados pelo choque externo da segunda metade da década passada. Alguns países escolheram políticas mais liberalizantes, com maior atenção a boas reformas institucionais, a uma macroeconomia garantindo maior estabilidade, maior rigidez no combate à inflação, maior equilíbrio fiscal: Chile, Peru, Colômbia e, agora, o México, que começa a fazer reformas duras econômicas na área da defesa da concorrência, que sempre foi o grande desafio da economia mexicana. O novo governo começa a fazer o que os governos anteriores não fizeram.

Essas economias estão crescendo a 4% ao ano, 5% ao ano, com crise externa. E certamente países como o Chile e a Colômbia – Chile sobretudo – dependem muito mais do Peru, das contas externas, do cenário externo do que o Brasil. No entanto, estão num ritmo de crescimento sustentável. Sofreram com a crise, mas sofreram com 4%, 5% de crescimento ao ano. Sofrimento bem menor do que o que a nossa economia tem atravessado nos últimos anos. E com inflação baixa, menor do que a brasileira.

Nós vivemos um quadro de crescimento potencial menor, 2%, 3%, talvez um pouco mais, e pressão inflacionária maior, e a inflação, sobretudo, nos grupos de menor renda.

A inflação deve dar uma arrefecida no curto prazo, mas a perspectiva de médio prazo é de uma economia com maiores dificuldades.

De novo, é preciso aqui um pouco de cuidado para não se imaginar um grande cenário muito negativo. Eu acho que o termo que melhor descreve a nossa economia, de fato, é uma economia medíocre, nos seus fundamentos econômicos.



E aqui eu tenho um pouco a impressão de que algumas escolhas e uma certa ansiedade com as dificuldades que a nossa economia teve em 2007 e 2008 acabaram levando a ações e a políticas que intencionavam fortalecer o crescimento, mas acabaram por enfraquecê-lo.

Como eu disse, há três blocos de países na América Latina, alguns países com políticas mais conservadoras do ponto de vista fiscal e monetário, uma gênese institucional de grande produtividade, e estão crescendo, apesar de sofrerem com choque externo. Alguns países fizeram aposta inversa. Países que fizeram aposta para uma forte intervenção na economia, medidas discricionárias, proteção, cerceamento das liberdades: Venezuela, Argentina e economias que foram muito beneficiadas pelo choque externo, mais ainda do que os outros países. Poucos países foram tão beneficiados pelo choque externo da última década quanto a Argentina. No entanto, as dificuldades, com inflação elevada e baixo crescimento.

O Brasil é um país que está no meio do caminho. O Brasil é um país que tem uma institucionalidade muito mais sólida, que construiu uma reputação de um Banco Central com uma relativa autonomia na prática, um país de instituições que garantem muito mais uma governança melhor da política pública. E acho que essa qualidade institucional do País tem preservado um caminho bastante distante do que observamos em Argentina, Venezuela e Equador. Mas, infelizmente, também distante dos países de melhor governança, de melhor política.

Quer dizer, a impressão que se tem é que a preocupação com a crise, a preocupação com a desaceleração levou, primeiro, a uma política fiscal mais folgada, para estimular alguns setores da economia, ao aumento da tolerância com uma pequena inflação a maior e a uma série de medidas de intervenção localizadas, de estímulos localizados que resgatam um pouco a tradicional abordagem desenvolvimentista do Brasil, em que crescimento não é produtividade, crescimento é estímulo à demanda, crescimento é estímulo ao crescimento, crescimento é a introdução de proteção a setores escolhidos. São escolhidos setores a serem beneficiados, setores que vão receber benefícios fiscais, setores que terão proteção no comércio externo, setores que receberão crédito subsidiado. E essa escolha se traduz em benefícios privados, visando, com esses benefícios, a estimular o crescimento.

Esse foi o Brasil, por exemplo, do II PND do governo Geisel, que tem como contrapartida um menor equilíbrio fiscal. De novo, estamos distantes daquele período, temos uma inflação muito menor do que naquele período, temos muito melhor equilíbrio, controle da inflação, controle das contas públicas. O Brasil, quando se olha ao longo das décadas, está muito melhor hoje do que já esteve no passado, mas num momento mais frágil. É preciso dar a ponderação ideal. Quer dizer, não é uma volta ao passado mais longínquo, mas também não é o que tivemos na década passada.



As medidas de estímulo, por mais bem intencionadas que sejam, com frequência, fragilizam a economia em longo prazo. Proteção a um setor significa desproteção a outro setor. Proteção ao setor de insumos, por exemplo, significa que setores à frente da cadeia produtiva pagarão mais caro por seus insumos, e eles serão desprotegidos.

Mudanças tributárias discricionárias geram imperfeições no ambiente econômico e reduzem a produtividade. Muitas vezes, medidas bem intencionadas, como medidas de conteúdo nacional, que desejam gerar emprego e gerar renda, acabam por reduzir o emprego e a renda. Quer dizer, a alocação de recursos muito a maior para proteger alguns setores pode levar à redução dos recursos disponíveis para outros setores mais eficientes. Conceder recursos a setores com menor produtividade significa reduzir a taxa de crescimento da economia. E, infelizmente, as medidas discricionárias e as medidas de intervenção localizada procuram proteger os menos eficientes em detrimento dos mais eficientes. Isso reduz a produtividade, isso reduz a capacidade de crescimento da economia.

Mais uma vez, no intuito de auxiliar e estimular o crescimento da economia, acabamos fragilizando a economia. De novo, é uma economia mais frágil, uma economia de crescimento sustentável menor, mas uma economia que cresce a 2%, e uma inflação a maior, mas uma inflação de 6,5%.

Quer dizer, é preciso dar a dimensão correta do momento de dificuldade que vivemos. Não acredito que seja uma dificuldade de curto prazo, não acho que é uma dificuldade séria para a economia nos próximos anos, mas não vejo também capacidade da nossa economia voltar a crescer, com os fundamentos macroeconômicos e os desequilíbrios microeconômicos que nós temos, de forma sustentável, acima de 4,5% ao ano. Quer dizer, esse é um pouco o quadro que vejo da economia.

E a grande dúvida que fica é: teremos uma recuperação da indústria? A verificar qual é o grau de recuperação, ela veio muito mais tarde do que o esperado. O Governo concedeu uma grande quantidade de estímulos, mas essa introdução exagerada de estímulos, que são introduzidos e retirados, acaba gerando uma incerteza sobre o ambiente econômico que fragiliza as decisões de investimento. Essa mudança frequente das regras do jogo – põe IOF, tira IOF, altera tributação –, isso, para um ambiente de investimento de longo prazo, é deletério. A capacidade de realizar investimentos por 10, 15 anos, investimentos longos, de longa maturação, com essa incerteza sobre as regras do jogo, fica fragilizada. Então, me parece que, talvez, algumas sinalizações no momento de maior estabilidade das regras do jogo, de instituições mais sólidas, de retomada de um equilíbrio fiscal mais firme e a criação de mecanismos institucionais e de garantias que de fato deem a tranquilidade de que teremos um ambiente mais estável das regras do jogo e regras mais horizontais, não pela pressão de um grupo específico, não regras institucionais para beneficiar ou garantir privilégios a A ou B, mas regras uniformes, horizontais, segundo as quais, numa sociedade



meritocrática, os mais eficientes possam se desenvolver e com isso a produtividade possa voltar a crescer e com a produtividade, a economia, seria saudável.

O risco que existe hoje – e este é um risco – é a queda da produtividade nos setores que têm sido dinâmicos até poucos anos: serviços e comércio, os grandes empregadores do País. O Brasil novo e tão falado da nova classe média é o Brasil que é empregado desse setor, mas a produtividade desse setor vem crescendo a taxas decrescentes, o emprego vem crescendo a taxas decrescentes nesse setor. E uma eventual contaminação futura do setor de serviços pode afetar setores importantes da classe trabalhadora que foram os grandes beneficiários desse crescimento do emprego nos últimos dez anos.

Senador, com isso eu concluo e abro para perguntas e para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Professor.

Já temos uma lista de inscrição. A Senadora Ana Amélia se inscreve também.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, depois o Senador Cristovam Buarque.

Senador Eduardo Suplicy.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A lista de inscrição é a seguinte: Senador Eduardo Suplicy, Senador Cristovam Buarque, Senador Dornelles, Senador José Pimentel, Senadora Kátia Abreu, Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Pedro Taques, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Senador Inácio Arruda.

Nós vamos fazer um bloco com todos os Senadores, depois voltar, por causa do tempo. E vamos tentar limitar o tempo em cinco minutos, pelo adiantado da hora.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, prezado Professor Marcos Lisboa, aproveito a ocasião para agradecer a atenção que teve para com este Senador quando V. Sª foi um dos principais assessores, acho que Secretário de Política Econômica, quando o Ministro Antônio Palocci foi Ministro da Fazenda e, naquela ocasião, tive a oportunidade de diversos diálogos com o senhor. Agradeço sempre aquela atenção. É ótimo que possamos continuar dialogando.

Alguns analistas econômicos têm assinalado que a apreciação cambial seria uma das razões para uma baixa taxa de crescimento da economia brasileira. Mas o outro debate diz respeito a como fazer com que se deprecie a moeda e, por outro lado, isso também poderia causar alguns problemas para a meta de contenção da inflação.



Agradeço se puder nos dizer a sua análise sobre a política cambial e em que medida ela deve ser utilizada também para o objetivo de melhor crescimento da economia.

Outro ponto se refere à taxa de investimentos da economia brasileira, que tem sido inferior a 20% do PIB e inferior à de países em desenvolvimento que têm conseguido taxas de crescimento muito expressivas.

Em que medida seria possível, na sua avaliação, ao Governo ter o propósito de efetivamente conseguir aumentar a taxa de investimento e, conseqüentemente, da economia brasileira?

Durante o período em que V. S^a trabalhou junto com o Ministro Palocci, algumas vezes dialogamos sobre os processos de transferência de renda, que, a partir de 2003, se desenvolveram com o programa Bolsa Família e que, em dezembro de 2003, quando V. Ex^a estava no governo, tinha 3,5 milhões de beneficiários. Hoje, temos treze milhões e quase novecentas mil famílias beneficiárias, o que corresponde a algo como mais de um quarto dos 194 milhões de brasileiros. O senhor participou do diálogo que tive com o Ministro Antonio Palocci quando observei aqui que o então Relator da lei relativa à Renda Básica de Cidadania, Senador Francelino Pereira, ponderou a mim: “Eduardo, é uma boa proposta, mas procure torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo a qual, para cada despesa, é preciso haver a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, portanto como o faz o Bolsa Família, até que um dia possamos ter a renda básica incondicional para toda a população”. E justamente em janeiro de 2008, graças àquela preocupação do Senador Francelino, que eu acatei e que foi inserida na lei, o Ministro Antonio Palocci transmitiu ao Presidente Lula, depois de um dos diálogos que tivemos no Ministério da Fazenda: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar”. E o Presidente Lula sancionou em 8 de janeiro de 2004.

Eu vou encaminhar ao senhor a cópia de uma carta, que encaminhei na semana passada, inclusive assinada pelo Líder Wellington Dias, e pelo Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias, no sentido de que possa a Presidenta Dilma Rousseff instituir um grupo de trabalho levando em conta até uma sugestão do Secretário de Economia Solidária, Paul Singer, para pensar em quais serão as etapas, como será possível, um dia, instituir uma renda básica incondicional para todos com todas as vantagens que V. Ex^a já ouviu de mim, que poderão advir de termos isto no Brasil.

Meus cumprimentos pela sua colaboração ao debate sobre a política econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero dizer, em primeiro lugar, ao Prof. Marcos Lisboa que a sua fala foi uma das melhores que eu ouvi aqui, pela clareza, pela síntese, inclusive, e pela capacidade de transmitir uma convicção muito forte de uma percepção muito clara que o senhor tem da economia brasileira.

Eu falava com a Senadora Kátia, essa figura que todos admiram tanto, que, se ela, com o contato privilegiado que tem hoje com a Presidenta Dilma, se ela não... É o caso de a Presidenta ouvir vozes como a sua. Ela tem que sair daquele grupo fechado que há anos está em torno. Tem que ouvir mais gente, inclusive aqui no Senado, pessoas que fazem alertas. Tem gente que tem medo de crítica, mas crítica é uma forma de alerta, desde que seja respeitosa. Então, eu gostaria que a Presidenta o ouvisse e as pessoas que pensam como o senhor.

Mas, tirando proveito aqui, eu gostei muito quando o senhor falou que a gente precisa tratar os problemas de uma maneira horizontal. Eu quero trabalhar em dois sentidos: horizontal no sentido da complexidade do processo em que agir num lugar gera problema em outro – parece que o Governo não percebe isso – e horizontal no sentido de distância. A meu ver, está faltando horizonte no sentido de longo prazo e horizontal, sua expressão, no sentido da complexidade das variáveis econômicas. Estamos trabalhando com certo simplismo, e o preço é muito alto.

Mas, dito isto, e apesar de falar em termos de complexidade, eu queria lhe perguntar o que o senhor acha mais grave na atual complexidade, e eu vou colocar diversos itens.: primeiro, o superávit primário de 1% do PIB; segundo, o déficit em transações correntes de 3% do PIB; terceiro, o IPCA bem acima dos 4,5% e já ultrapassando a barreira, previstos 6,5%; quarto, o fato de a poupança total estar em 15% do PIB; quinto, se o senhor, com a sua posição privilegiada de analista, considera que a atual baixa – aí é um adjetivo que eu ponho – de credibilidade dos dirigentes da economia também é grave; o último é se a falta de tecnologia, de um nicho de bens de alta tecnologia no nosso setor industrial é ou não um ponto grave para médio e longo prazo. E, aí, sabendo de seu interesse, se o fato de o Brasil ser tão pobre em educação não faz parte dessa visão horizontal da economia com diversas variáveis. E, finalmente, pela sua relação pessoal, se é que eu posso me intrometer, o senhor acha que a Presidenta está ouvindo o ex-Ministro Palocci? É uma curiosidade que eu tenho, porque eu recomendaria, sim, que ela o ouvisse. E o Meirelles também.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

O Senador Presidente da Comissão teve que dar uma saída rápida, mas já está retornando.

Então, convido agora para fazer uso da palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O déficit da balança comercial apresentou, nesses primeiros quatro meses, US\$6 bilhões,



contra um superávit, estimado no ano passado, de 20. A conta de serviços e a conta de rendas apresentaram déficit também superior a US\$10 bilhões. A projeção do déficit em conta corrente, por ano, é de US\$70 bilhões, e todos reconhecem que não será coberto pelos investimentos diretos. Existem muitas dúvidas sobre o volume de investimento financeiro que entrará no Brasil, principalmente em decorrência de algumas mudanças na política financeira dos Estados Unidos.

Minha pergunta é muito objetiva: como o senhor vê, para 2013, a situação da balança comercial, das contas correntes da balança de pagamentos?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Dornelles, também pela objetividade, seguindo aqui a apresentação do Dr. Marcos Lisboa.

A palavra agora é do Senador Pimentel, e devolvo a direção ao nosso Presidente, Lindbergh.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, se V. Exª continuar na Presidência, não tenha dúvida de que abrilhanta a nossa Presidência e, acima de tudo, engrandece o nosso debate.

Eu queria saudar aqui o Senador Lindbergh Farias, nosso Presidente; saudar o Sr. Marcos Lisboa, nosso expositor; nossos Senadores e nossas Senadoras.

Eu queria começar, senhor expositor, abordando a questão do mercado nacional. O Brasil fez um esforço muito grande para criar o mercado de consumo, o mercado de massas, com a chamada nova classe média e com a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, do salário mínimo, do ganho real que as categorias conquistaram nos últimos anos. Isso permitiu se criar um grande mercado de massas. E, se observarmos a nossa indústria da transformação, nesse setor nós deveremos ter, neste 2013, algo em torno de R\$94 bilhões de saldo negativo na balança comercial por conta da importação.

A pergunta é: o que nós podemos fazer para que a indústria brasileira, particularmente o setor de transformação, possa produzir para abastecer o mercado nacional e, com isso, diminuir a pressão sobre a balança comercial, em especial o setor voltado para esse segmento da indústria e transformação?

Lembro também que, no final do primeiro Governo Lula, em 2006, nós aprovamos o Simples Nacional, a micro e a pequena empresa. Nesse período, a participação da micro e da pequena empresa no mercado nacional era mínima, era insignificante. Nós tínhamos ali basicamente 1,337 milhão de micros e pequenas empresas formais no Brasil em 2006. Fizemos toda uma mudança na legislação, nas questões tributárias e também de formalização, desburocratizando e simplificando. Chegamos, hoje, a 7,3 milhões de micros e pequenas empresas formais no Brasil com um desempenho forte no setor de serviços e comércio.



Este setor, de 2007 para cá, foi basicamente aquele que cobriu o déficit do mundo do emprego. Nós tínhamos a indústria de transformação, a média e a grande empresa, num processo de substituição da mão de obra, e consequentemente sem gerar emprego, e este setor gerou emprego suficiente para cobrir esse déficit e, ao mesmo tempo, um saldo médio anual de 1,5 milhão.

No último ano de 2012, esse saldo foi de 1,3 milhão de empregos. Nesse 2013, os dados que vêm do Caged, do Ministério do Trabalho, do nosso Sebrae demonstram que nós deveremos gerar em torno de 1,5 milhão novamente de empregos. Aliás, agora no mês de junho, o Sebrae fará um grande evento de comemoração dos seis anos do estatuto do simples nacional, da micro e da pequena empresa.

Eu pergunto a V. Exª: aqueles indicadores, os fundamentos de 2006 alteraram, e este setor necessita de um novo tratamento em face da nova realidade dos indicadores econômicos, da taxa de juros, de um conjunto de itens que hoje estão presentes. E esse segmento está basicamente no setor de comércio e de serviços. O que fazer para enfrentar isso?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

Vou passar para o Sr. Marcos Lisboa. Ele prefere responder esse bloco de quatro perguntas iniciais.

O SR. MARCOS LISBOA – Sobre a questão da indústria, do câmbio, Senador Suplicy, acho que aqui, do ponto de vista macroeconômico, a melhor política para enfrentar as dificuldades do câmbio é a política fiscal. A capacidade de o Governo, via intervenção direta no mercado de câmbio, ter impacto sobre o câmbio real é limitada. Infelizmente a intervenção no câmbio diretamente, com frequência, tem mais impactos inesperados e contraproducentes do que favoráveis. Quer dizer, o Governo consegue interferir no câmbio nominal; no câmbio real, que é o que interessa para a indústria, é mais difícil.

Por outro lado, uma política fiscal mais firme tem uma vantagem tanto do ponto de vista do câmbio, porque ela tende a levar a um câmbio mais depreciado, pela razão boa, porque a economia está mais saudável, quanto no combate à inflação, permitindo, inclusive, uma política monetária no fim menos rígida.

Então, um compromisso do Governo firme, crível – e nesse momento credibilidade é um tema a ser debatido. Como conseguir uma política crível de equilíbrio fiscal, sobretudo dado o que houve no fim do ano passado. Mas em realizando um ajuste fiscal bem mais significativo e sustentável em médio prazo, o Governo conseguiria enfrentar, melhorar as pressões sobre o câmbio e melhorar as pressões sobre a política monetária e sobre a inflação.

Acho que, do ponto de vista macroeconômico, a melhor forma de intervenção seria via política fiscal.

Vou fazer um parêntese rápido sobre o Bolsa Família, que foi, talvez, para quem não se lembra, o debate em que nós do Ministério da Fazenda mais



sofremos críticas, naquele começo de 2003, ao defendermos a focalização das políticas sociais. E lembro-me bem das discussões com o Sr. Senador sobre inclusive como ajustar a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Bolsa Família. Acho que mostrou que política social focalizada dos mais pobres parece ser a política social mais eficaz, ao contrário das críticas da época.

O tema da infraestrutura apareceu em algumas perguntas e, em particular, em duas. Acho que o debate público é importante, inclusive para revelar as teses que não se confirmam.

Lembro que no começo do governo Lula havia muitos economistas que defendiam que o prêmio de risco do Brasil estava alto porque os juros eram altos. E a melhor maneira de baixar o prêmio de risco era baixar a taxa de juros.

O Governo fez o contrário. O Governo subiu os juros, subiu o primário e, ao contrário do que achavam os críticos, o prêmio de risco caiu.

O Governo seguiu, nos últimos anos, e isso tem que ser reconhecido, uma agenda demandada por grande parte da sociedade. Uma parte relevante da sociedade demandou uma agenda de forçar o câmbio para cima, os juros para baixo, e uma política de estímulos, empréstimos subsidiados, concessão de proteções. O Governo seguiu um receituário defendido por uma parte importante da sociedade.

O resultado foi frustrante. Acho que há que se reconhecer que algo na receita ou no diagnóstico tinha falhas. O Governo seguiu exatamente o receituário defendido por um grande conjunto de economistas e líderes empresariais. E o resultado, muito aquém do esperado, está vindo muito mais tarde. O que estamos vendo agora se esperava há dois anos. E os resultados não parecem ser otimistas para o futuro.

Fala-se muito em câmbio no Brasil, e acho que, de novo, a política mais eficaz na questão cambial é a política fiscal, que tem sido fragilizada. Não só fragilizada no curto prazo, com transferências e equilíbrio menor, mas também no longo prazo. Esse é um ponto relevante, é um ponto preocupante. Para mim, a preocupação com o Brasil é muito mais com o médio e longo prazo do que com o curto prazo.

Estamos criando uma série de mecanismos, o Brasil e a sociedade brasileira vêm criando uma série de mecanismos de transferir recursos futuros. Hoje, empréstimos a taxas de juros abaixo das de mercado, significa o compromisso do Estado de transferir recursos, fragilizar o seu fiscal, não hoje, mas daqui a alguns anos; aumento de endividamento; aumento da dívida bruta. Quer dizer, hoje não apenas as contas fiscais tradicionais de curto prazo estão fragilizadas – e elas estão –, mas também estamos comprometendo recursos fiscais do futuro, de uma forma que me parece não integralmente, talvez não com a transparência e a clareza que deveria ter. Nem toda a concessão de benefício, de privilégios e de transferências passa pelo Orçamento; várias não passam. E



isso gera uma fragilidade futura para a economia e significa uma economia com maior dificuldade de crescer no futuro.

Acho que seria saudável se todo subsídio concedido pelo Governo, se toda concessão de privilégios e proteções tivessem uma clara rubrica no Orçamento, e fosse transparente, para a sociedade definir. É justo a sociedade fazer transparência? Participando da época do Bolsa Família, que é um programa de transferência, acho eu, extremamente bem-sucedido e referência no mundo. Mas acho que essa transparência e essa contabilidade total deveria ser realizada, porque, caso contrário, vão se proliferando transferências, privilégios que ficam invisíveis para a sociedade, vão gerando distorções, perda de eficiência e é um pouco do que o Brasil já viveu no passado e que gastou 20 anos tentando arrumar a casa. Infelizmente, acho que há um pequeno retrocesso nos últimos anos.

Fala-se muito sobre câmbio. Acho que a indústria sofre no Brasil com um problema muito mais sério. O custo da infraestrutura e a dificuldade do avanço do investimento nas condições básicas para o funcionamento da atividade econômica têm sido crescentes no Brasil. Qualquer indicador que se levante sobre as condições de profissão no Brasil são incomparavelmente piores do que em outros países. Impostos sobre a produção, temos os maiores do mundo. Saiu recentemente o relatório do Fórum Mundial sobre competitividade de diversos países, feito por um economista renomado, Sala i Martín, mostrando que o Brasil está em último lugar, literalmente. Nas últimas posições em tudo que se refere à carga tributária, à sua produção, sua complexidade, sua extensão.

A tributação, na época do governo, fizemos uma pesquisa, inclusive para levantar o que mais afeta a formalização das empresas, que é um tema relevante no Brasil. A empresa informal é menos produtiva, tem mais dificuldade, gera emprego de pior qualidade. E a resposta, invariavelmente, é a tributação. Nossa tributação sobre a produção ainda é elevada, é complexa; a complexidade tributária do Brasil é inegável, subscreve o nosso sistema em qualquer outro país e a complexidade necessária para que as empresas possam pagar seus impostos e não é crível em outro país que tenhamos o que temos.

Mas o mesmo vale para importação e exportação, liberar mercadorias do porto, qualquer indicador de tempo de liberar mercadorias do porto, Brasil e outros países, tempo de transporte na rodovia, dificuldade de construção, meios de transporte com logística, dificuldade de construção de aeroportos. E, saindo um pouco do discurso usual de atribuir culpados, parece-me que no Brasil temos uma dificuldade muito maior. Temos um marco regulatório extremamente deficiente em tudo que regula investimento e infraestrutura.

Nós temos agências frágeis em comparação com os países, sem poder normativo claro, sem saber o que a agência pode, o que não pode; uma sobreposição de órgãos de controle e uma legislação que, com frequência, é extremamente detalhista e, com frequência, é ausente; com frequência, estão em lei temas operacionais que deveriam estar na gestão do Executivo público, e



ausência sobre critérios de regulação que levam à incapacidade de tomar decisão; processos que se alongam durante anos e, com frequência, uma liberação para a construção de uma edificação urbana pode demorar três, quatro anos para ter uma liberação; investimentos que começam e são surpreendidos com pedidos. Falta de clareza dos mecanismos compensatórios.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS LISBOA – Eu estou me estendendo.

Para mim, essa agenda é uma agenda muito mais relevante e é uma agenda que afeta o nosso setor produtivo de uma forma muito negativa no País, e crescente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

Senadora Kátia Abreu.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – Por favor, eu tenho a impressão de que o senhor só respondeu os questionamentos feitos pelo último orador.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Faltou a do Senador Pimentel e a do Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) *(Fora do microfone.)* – E a do Senador Cristovam também.

O SR. MARCOS LISBOA – É verdade. Eu me entusiasmei aqui. Peço desculpas aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Que nada.

O SR. MARCOS LISBOA – Eu concordo integralmente com o Senador Cristovam Buarque integralmente. Eu acho que a política horizontal ela é fundamental. Acho que educação é um tema do Brasil. O Brasil melhorou o acesso à educação, mas infelizmente, nós temos indicadores ainda pouco melhores do que da África Subsaariana. E pior: os indicadores de qualidade da educação no Brasil são bastante deficientes, em particular em matemática. Esse é um tema sério, relevante. Todos os trabalhos que eu conheço indicam a importância da educação para o crescimento, e essa é uma área que o Brasil penaliza. E, sobretudo, pegando outro ponto do Senador Cristovam Buarque, afeta a difusão de novas tecnologias.

O setor externo, Senador Dornelles, de fato, acho que é uma dificuldade que nós temos. O Brasil, hoje, está em uma situação muito melhor do que no passado. Nós temos reservas, o que nos dão conforto. Agora, eu acredito que essa oscilação regulatória que nós temos tido mais a falta de estabilidade a longo prazo e clareza na política fiscal acabam fragilizando as nossas contas externas. E não à toa, no dia que se tira o IOF, que, em princípio, para ajudar o câmbio ir para baixo, ele vai para cima. E as pessoas estavam querendo sair do País e não ficar.



Eu acho que toda essa instabilidade da nossa economia interna e as dificuldades que eu mencionei acaba por tornar o País um País interessante para se emprestar e, infelizmente, um País menos interessante para se investir. O mesmo fenômeno que afeta negativamente o investimento doméstico, afeta o investimento externo; e como o senhor mencionou, o investimento direto, entre outros.

Então, eu acho que é mais um cenário de um quadro de uma economia que tende a crescer menos no futuro do que pôde crescer no passado.

Para terminar – do Senador Pimentel –, eu acho que além da questão tributária, as diversas reformas, como o Simples, como a lei do empreendedorismo, do microempreendedor foram na direção correta, mas eu concordo integralmente, que essa é uma agenda fundamental. O nível de formalização no mercado de trabalho no Brasil, passou de 45% para 55% nos últimos 15 anos. Foi um imenso avanço, mas ainda a informalidade no Brasil é muito elevada, e eu acredito, em grande parte associada a nossa complexidade tributária e elevados impostos na produção.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado.

O último bloco de Senadores, iniciando com a Senadora Kátia Abreu, seguidos pelo Senador Armando Monteiro, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Taques, Senador José Agripino, eu, Presidente desta Comissão.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o economista Marcos Lisboa, é um prazer poder recebê-lo aqui na CAE para uma discussão tão importante para o Brasil.

Algumas perguntas rápidas e objetivas.

Em primeiro lugar, o agronegócio brasileiro convive debaixo do mesmo sol, das mesmas estradas, dos mesmos impostos, dos mesmos portos, da mesma carga. Por que o agro foi e alguns outros setores têm dificuldade? A minha impressão, pois não sou economista, mas a minha impressão é de que a inovação e a tecnologia fizeram a diferença. Inclusive a produtividade da mão de obra do agro cresceu em torno de 4, e a da indústria, nós sabemos que foi negativo, em torno de 0,4.

Segundo ponto. Nós estamos vivendo um período interessante. Nós temos um desemprego baixo, mas com a produtividade baixa e ao mesmo tempo uma mão de obra criando inflação, produzindo inflação.

A inflação de mão de obra, pelo menos no setor agropecuário e nos setores intensivos de mão de obra, eu vejo mais de perto. Os produtores de café, laranja, cana, cacau, leite, precisam de muita mão de obra em detrimento de outras lavouras que são mecanizadas, onde está praticamente impossível de



trabalhar e ter algum tipo de renda. Então, eu gostaria do seu comentário a respeito dessa inflação de mão de obra nesse quadro de desemprego baixo e produtividade também baixa.

Eu acredito que ainda há uma luz importante que todos nós talvez devêssemos observar: é que ainda as relações de troca estão bastante positivas, quer seja pelas *commodities*, que às vezes são tão criticadas... mas a valorização nos últimos anos das *commodities* fez com que, em detrimento dos produtos industriais importados, essa relação melhore a renda do trabalhador.

Meu último questionamento. Com relação à indústria, nós estamos vivendo uma perda de importância da indústria no Brasil ou estamos vendo esse fenômeno no mundo todo? É algo localizado, brasileiro, ou é algo que em outros países o senhor tem observado, assim como alguns números que eu tenho acompanhado internacionalmente?

Será que há mesmo esse fenômeno de importância da indústria ou será que os parâmetros dessa definição não deveriam ser reavaliados? Por exemplo, um iPhone, um iPad é um produto industrial? Ou de US\$500,00 nós temos aqui apenas US\$30,00 ou US\$33,00 de produto manufaturado e US\$8,00 de montagem na China; e o restante é o quê? Nós vamos chamar isso aqui e classificá-lo como produto industrial?

Nós podemos dizer que a soja transgênica, com todos os defensivos e insumos de altíssima tecnologia, utilizando máquinas de agricultura de precisão, é um produto primário? Então, eu queria saber a sua opinião. Até estou tentando escrever alguma coisa para sábado que vem, na *Folha*, a respeito desse assunto.

Não teríamos que, talvez, reverter esse conceito? E até mesmo aquele sonho de brasileiro de 40, 45 anos atrás, quando éramos importadores de comida cara, quando o brasileiro ainda sonhava em ser um País industrializado...

(*Soa a campanha.*)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Porque naquele tempo se justificava, pois indústria era sinônimo de desenvolvimento. Então, ainda existem muitos brasileiros que sonham... poucos brasileiros que ainda sonham – grupos – com que o País seja uma grande indústria.

Na verdade, com essa globalização, as coisas precisam ser totalmente invertidas. Não existe mais o produto nacional industrializado. Eu preciso me preocupar com partes desses produtos que são fabricados no mundo e que possam ser fabricados no meu território, mas não um produto completo, nacional, “eu quero um carro brasileiro, um iPhone totalmente brasileiro”.

A China está feliz da vida em cobrar US\$8,00 para montar os iPhones e os iPads do mundo. Então, acho que esse é o caminho da produtividade, da excelência da produtividade, a especialidade; é você se concentrar num eixo da cadeia, num item da cadeia, num produto com que você vá fazer a diferença. Acho que é isso que importa para todos nós.



Então, eu gostaria de ver as suas impressões sobre essa questão da indústria, sobre o que tenho lido e tentado entender dessa desindustrialização; depois de tanta inovação e tecnologia vem a mudança desses paradigmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu quero cumprimentar o Marcos e dizer que gostei muito da exposição que ele fez e queria iniciar lembrando a sua participação nos idos de 2003, quando foi necessário – e eu evidentemente relativizo isso – um choque de credibilidade naquele momento em que o governo Lula se instalava e o mercado dava sinais muito preocupantes.

É bom lembrar que naquele momento o dólar flutuou de 2,30 e bateu em 4. É bom lembrar que a inflação, as expectativas de inflação naquele ano rodavam em torno de 11%, que chegamos a ter, no final do ano, no mês de dezembro, a inflação batendo em 3%, é bom lembrar que, naquela época, a dívida pública em relação ao PIB chegou a passar de 50%, 56%, e que foi necessário, portanto, naquele primeiro momento, dar um choque de credibilidade na política econômica.

E aí a equipe que o Marcos integrou foi muito bem-sucedida, embora, num primeiro momento, cercada de certa incompreensão. O fato é que aquela ortodoxia, ou seja, a utilização de instrumentos que eram até amargos, terminou por criar as condições para que um ciclo de crescimento econômico pudesse ser vivido depois. Para isso, alguns sinais importantes foram emitidos. Por exemplo: superávit primário na época anunciado, de 4,25% – isso tudo inscrito na Lei de Diretrizes Orçamentárias –; as metas de inflação definidas previamente, com rigor, mostrando que haveria o compromisso de que fosse cadente; e algumas reformas importantes, como por exemplo, na Previdência, uma sinalização importante.

Eu perguntaria o seguinte. Neste momento – e volto a dizer: relativizando as circunstâncias –, precisamos dar um choque de credibilidade na política econômica. Isso passa necessariamente pela política fiscal. Eu reconheço que a origem do desajuste que estamos vivendo é exatamente a frouxidão, o caráter expansionista, o caráter menos responsável da política fiscal. E sem deixar de lembrar que os truques utilizados nos últimos anos, esses truques contábeis que chamam de contabilidade criativa, terminaram também criando, por assim dizer, uma dúvida sobre a credibilidade dos resultados e das próprias contas.

Então, eu pergunto: nessa perspectiva, a proposta do Delfim de se buscar, de se anunciar um déficit nominal zero – ou seja, em vez de falar de superávit primário, vamos falar de déficit nominal zero –, não contribuiria para que se pudesse credibilizar a política econômica, sobretudo considerando que essa âncora fiscal é fundamental? Essa é a primeira questão.



A segunda é exatamente uma reflexão sobre a questão do Sistema Tributário Nacional. Você fez referência àquele estudo do BID. O Senado tem um papel importante; aliás, um papel que representa a sua própria competência do ponto de vista legal e a sua atribuição constitucional. Nós estamos discutindo neste momento a reforma do ICMS...

(Soa a campanha.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – ...sobretudo a redefinição das alíquotas interestaduais, porque uma das facetas reveladoras da disfuncionalidade e da complexidade do sistema é o caos no ambiente do ICMS: contribuintes iguais que são tratados de forma desigual, dispersão de alíquotas, disparidade de alíquotas. Evidentemente, a reforma deve começar pelo ICMS.

Como você vê a questão das alíquotas interestaduais como pré-condição para que se possa arrumar minimamente esse ambiente do ICMS?

Ainda na área tributária, a reforma do PIS/Cofins, porque fomos construindo realmente um monstro nessa área, o pior ambiente. Quer dizer, havia um sistema cumulativo, depois fomos para um sistema não cumulativo, elevamos extraordinariamente as alíquotas. Hoje, convivem vários regimes no PIS/Cofins. Em suma, é um caos. O que você aponta como necessário na reforma do PIS/Cofins?

Finalmente, para não dizer que não falei da indústria – aqui, minha colega Kátia, de forma muito brilhante, trouxe uma palavra sobre o assunto –, eu queria adicionar o seguinte ponto: a indústria está realmente desafiada, parece que há um quadro de perda de posição relativa e que se pode traduzir como precoce, no caso do Brasil. Daí a preocupação. É precoce. Por quê? Porque, num país de renda média, admitir que a indústria possa perder posição de forma tão acentuada é algo preocupante. Essa tendência de diminuição da participação da indústria se dá em economias mais maduras, em que necessariamente o setor terciário vai ganhando importância, e importância crescente.

Mas o problema hoje da indústria no Brasil me parece que está fundamentalmente ligado a uma constatação. Nós temos custos altos – ficou caro produzir no Brasil –, custos sistêmicos e agravados também por alguns custos em que nós tínhamos vantagens há poucos anos e passamos a ter desvantagens.

Hoje a Firjan publica um estudo sobre esse descompasso entre a elevação do custo unitário do trabalho e a produtividade. O salário real no Brasil cresceu, em 10 anos, em dólar, mais de 100%: 112%. Enquanto isso, na Alemanha... Os Estados Unidos tiveram uma redução de salário em termos relativos. O México e outras plataformas importantes manufatureiras tiveram redução. Então, o problema da indústria talvez se traduza na constatação de que temos custos hoje mais altos do que os países asiáticos e temos menos inovação e conhecimento que os países desenvolvidos. Então, nós estamos, por assim dizer, a meio caminho.



O desafio qual seria? Atuar para reduzir esses custos sistêmicos – e não é uma tarefa trivial – e ao mesmo tempo impulsionar essa agenda da inovação, que será a chave para os ganhos de produtividade futuros.

Então, era essa a reflexão que eu gostaria de endereçar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Lindbergh Farias.

Caro Dr. Marcos, parabéns pela sua exposição muito objetiva. Eu, também pela minha história como jornalista, tenho que fazer uma frase com ponto de interrogação para V. Exª.

Sigo na linha de raciocínio do Senador Armando Monteiro e tenho uma preocupação com o dia a dia das pessoas, as donas de casa que vão mercado e veem os preços aumentando. A inflação está preocupando, é o tema da agenda de discussão de Governo e da sociedade de modo espacial. Porque a estabilidade econômica foi uma conquista de todos.

Eu lhe pergunto: esta inflação que está aí, como enfatizou o Senador Armando, é de custos, é uma inflação de demanda ou uma inflação de escassez? O tomate foi o vilão até pouco tempo. Eu me lembro de que, na época do então Ministro Mário Henrique Simonsen, era o chuchu; a inflação do chuchu – o senhor era muito jovem e talvez não se lembre disso. E ele dizia à época que era uma inflação polimorfa, com várias razões para a inflação. Queria uma palavra do senhor, porque isso é que está realmente na boca do povo. As pessoas falam sobre isso e, especialmente, numa área de que V. Exª falou muito, a de serviço, sobre a baixa produtividade, e os serviços é que estão trabalhando nisso.

Queria saber do senhor também qual é o ponto mais nevrálgico da política econômica atual. V. Exª mencionou muito a questão fiscal, se é a questão fiscal, a questão monetária, a questão cambial ou a questão da logística.

Queria também saber em que medida, Dr. Marcos Lisboa, a antecipação de uma campanha eleitoral – são 18 meses de antecedência – pode ou está contaminando a questão econômica, porque isso tem custos também.

Como o senhor classificaria a política econômica da Presidente Dilma Rousseff? Há uma crítica de que ela tem uma interferência pessoal nas questões econômicas, diferentemente do Presidente Lula, que manteve no Banco Central o Presidente Henrique Meirelles durante os dois mandatos; ele permaneceu no cargo. O Banco Central tinha um peso, eu diria, político também, e não só técnico e econômico. Então, essa interferência que às vezes é cobrada tem algum... Não quero criar nenhum problema para V. Exª, um constrangimento, uma saia justa, mas acho que a economia é real.

E aqui houve um fato interessante: o Governo desonerou a energia elétrica para os consumidores domésticos e o que aconteceu? O Governo também



estimulou o consumo de bens que usam energia, eletrodomésticos, e houve um aumento do consumo de energia elétrica nos domicílios.

Nós podemos, eventualmente, correr risco de um apagão futuramente?

Estou ao lado da Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu. Não fosse o desempenho da agropecuária brasileira, o nosso PIB teria sido, digamos, vergonhoso, para não dizer pior. Então, o que sustentou um crescimento menos medíocre foi o desempenho da safra agrícola.

De fato a agropecuária, com todas as inovações tecnológicas introduzidas no campo...

Eu sou do Rio Grande do Sul, um Estado que tem usado muito a inovação tecnológica, a agricultura de alta precisão, manejos adequados. Esse é o caminho? Vamos continuar a ser exportadores de matéria-prima, sem agregar valor, como alguns setores tanto cobram no Governo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, muito rapidamente, quero cumprimentar o Prof. Marcos Lisboa e saudar sua independência e honestidade intelectual, que são raras em alguns momentos que vimos aqui, na CAE.

O senhor, no início do governo Lula, foi um defensor, talvez o mais ativo defensor da chamada agenda microeconômica, de algumas reformas. O que deu errado, Professor? O que precisaria ter sido feito e não foi feito? Por que chegamos a este ponto relatado pelo senhor aqui? Qual é a nossa agenda pendente? Onde nós perdemos o bonde da história ou a própria história nesses últimos dez anos?

É lógico que não quero constrangê-lo nem podemos fulanizar a conversa, mas o senhor é um intelectual da área econômica. Gostaria dessa honestidade que o senhor nos trouxe aqui, sendo simples, falando sem rebuscados. Eu o cumprimento por isso.

A segunda pergunta bem objetiva: essa política industrial de incentivos ao crédito e isenção fiscal não horizontal, isso vai nos levar a quê?

E uma terceira pergunta: a utilização do BNDES para criar campeões em determinados setores, o que o senhor entende disso? Isso é ou não é favorável?

São essas as perguntas. Mais uma vez, parabéns pela sua objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques.



O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Marcos Lisboa, eu gostaria de dizer que é um privilégio para esta Comissão ouvir V. S^a, porque é um homem que esteve dos dois lados do balcão: dentro do governo e na iniciativa privada. Então tem uma vivência muito grande, além da sua formação acadêmica, que é de primeira qualidade.

Eu queria ir direto ao ponto.

O senhor disse, com muita propriedade, que, num dado momento, ou recentemente, o Governo praticou taxa de juros baixa, financiamentos privilegiados, incentivados, e câmbio favorável. Então, reuniu três coisas muito importantes: câmbio bom para exportação, juros baixos para compras ou até para investimentos e financiamentos privilegiados. E mesmo assim não deu certo. Não deu certo porque o PIB fraco não correspondeu a esse esforço gigantesco que foi feito no sentido de criar condições macroeconômicas favoráveis.

O meu medo – e digo isso como brasileiro – é que nós tenhamos um problema de DNA. E explico.

Eu já fui governador e sei o que é eficiência. Quando você tem capacidade de gasto, você tem governo eficiente. E o atual Governo... Eu estava com elementos agora há pouco, anunciados pelo Governo hoje, com relação ao PAC: R\$557 bilhões de investimentos em obras de infraestrutura logística. Só R\$50 bilhões foram do Governo; o resto é de estatais ou de empresa privada. Ou seja, a eficiência do Governo nesses R\$557 bilhões é de menos de 10%.

O que eu penso, com o que me preocupa e peço a sua manifestação?

Eu tenho a impressão de que o atual modelo de governo encerra quadros não qualificados e estruturas incapazes de promover gastos, de, tendo dinheiro, realizar esses gastos, por dificuldades com o Ministério Público, pela Lei de Licitações, que são problemas que existem para serem superados. Se você tem uma estrutura de governo que não é capaz de gastar, você não produz a infraestrutura de que o País precisa, diferentemente, por exemplo, do México, que se preparou, fez quadros, não aparelhou o Estado, não colocou pessoas de partidos políticos... Não é só do PT não, mas de todos os partidos, por afiliadismo, não por meritocracia. Então, você trava o País.

O segundo ponto, minha segunda preocupação – isto é seriíssimo; que eu sinto que isso está ocorrendo no Brasil – é que a perda de competitividade é produto de perda de eficiência, porque as estruturas de governo não são capazes de superar as dificuldades. O Brasil, hoje, é um país sem planejamento. Eu fui prefeito no tempo em que existia EBTU e Geipot, que produziam o planejamento urbano capaz de fazer a licitação pelo preço correto e executar a obra porque o projeto estava pronto. Isso não existe mais, nem em política urbana, nem em política nenhuma. A transposição do São Francisco é um exemplo claro disso. Ela está com as placas de concreto reviradas porque não tem um projeto.



Foi feita uma concorrência pública com efeitos político-eleitorais, e está aí o resultado.

O segundo ponto, que é outra preocupação tão grande quanto essa primeira, que é endêmica, é DNA, é digital de governo, o que é difícil de superar, é o intervencionismo do Governo. Isso vai direto na credibilidade do Governo. Nós estamos carentes hoje... Com essa balança de exportações capenga como a que estamos enfrentando e assistindo neste momento, os investimentos diretos são fundamentais.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – O Governo, a toda hora, muda a regra do jogo, faz intervenções pontuais. Então, isso desencoraja o investidor externo. Eu acho que isso é outro megaproblema e eu queria ouvir a sua opinião quanto a isso.

E a terceira e última, para não ser muito longo, diz respeito àquilo que foi brilhantemente colocado pelo Senador Armando Monteiro, que é o nosso sistema tributário. Aí, eu acho que você produz eficiência e competitividade se você tiver infraestrutura adequada, porque empresário privado, ousado e capaz nós temos. Basta ver na agricultura. O que nós temos é problema de infraestrutura – aeroporto, estrada, porto, e por aí vai – e carga tributária, que não é só carga, mas carga e sistema tributário. É cumulativo. Eu também queria ouvir sua opinião sobre a perda de competitividade do Brasil e o peso do sistema tributário e da carga tributária dentro dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Prof. Marcos Lisboa, eu sou o último inscrito e vou fazer aqui uma...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, o senhor poderia me conceder um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Professor, a relação dívida líquida/PIB hoje está em quarenta e poucos por cento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Trinta e cinco.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A relação dívida bruta superou 70. Grande parte dessa diferença entre a bruta e a líquida decorre de operações de crédito feitas ao BNDES. Essa operação União/BNDES lembra um pouco a antiga conta movimento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, Senador Francisco Dornelles, Prof. Marcos Lisboa, agradeço muito essa presença aqui no dia de hoje. Deixa-me remar um pouco contra. Na verdade, se a gente for discutir a nossa questão fiscal, nós temos uma relação dívida/PIB cadente: hoje é de 35% do PIB. O déficit nominal, com todas as dificuldades do ano passado, é cadente também. Nós caímos, em 2011, de 2,61 para 2,47. Falo isto porque há



um diálogo que tem que ser feito. O que teria acontecido com a economia se tivéssemos feito um superávit primário meta cheia no ano passado? A economia cresceu 0,9. Cresceu 0,9! O que teria acontecido? Eu não tenho dúvida de arriscar que nós teríamos fechado o ano com um crescimento negativo. Recessão. Recessão!

Eu fico olhando... O Senador Armando Monteiro fala da indústria. A pressão em cima da indústria é violentíssima. Nós não podemos, este País, voltar a ser exportador de matéria-prima. Temos que defender a nossa indústria. O Senador Armando Monteiro falou em déficit nominal zero. Eu sou defensor da tese do déficit nominal cadente. Isso poderia ser um compromisso firmado. Agora, como conciliar déficit nominal zero agora com desoneração da indústria? Tem como fazer? Não, não tem como fazer. Então, vamos aqui... Entendeu? Nós não podíamos derrubar a economia dessa forma. Eu estou querendo dizer que na teoria fica tudo muito bonito, mas no mundo real, aqui... Nós temos 72 bilhões de desoneração este ano. Isso é fundamental. A indústria começou a dar os primeiros resultados agora.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Eu sei que o Senador Lindbergh já está fazendo um contraponto, e é legítimo, com autoridade presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Agora, eu quero dizer que nós estávamos querendo ouvir a avaliação do Marcos Lisboa, mas eu estou à disposição de V. Ex^a também, para que possamos debater nessa linha. Não há nenhuma dificuldade em lhe explicar o que V. Ex^a identificou como uma aparente contradição. Não há dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas é contradição. O problema fundamental do superávit primário no ano passado foi a desoneração à indústria, que acho que foi um caminho correto, feito pela nossa Presidenta Dilma Rousseff.

Nós sabemos de todos os problemas, Prof. Marcos Lisboa, do desafio para aumentar investimentos em infraestrutura. O PIB foi fraco, mas aumentamos 4,6% em investimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, mas há esses dados aqui. Nós sabemos do esforço em relação a essa MP dos Portos. Muita gente fala que é intervenção na economia a medida provisória de energia elétrica. Não é nada disso.

Mas eu não quero me aprofundar nesse tema. Só estou querendo colocar esse outro lado, porque eu não tenho dúvida ao dizer que nós teríamos derrubado a economia... A grande questão hoje, no País, é como conciliar crescimento econômico – esta é uma dificuldade do Brasil e do mundo – com combate à inflação.



Mas o que eu acho fundamental, Prof. Marcos Lisboa, da sua vinda aqui é que o senhor teve um papel fundamental na história deste País. O senhor, juntamente com o Ministro Palocci, no começo do governo do Presidente Lula, o senhor à frente, desenvolveu uma série de políticas de reformas microeconômicas que foram fundamentais para nós aumentarmos esse crédito ao consumo, criarmos esse grande mercado de consumo de massas.

E a minha pergunta ao senhor é a seguinte: quais os próximos passos dessa agenda? Nós estamos tentando discutir nesta Comissão de Assuntos Econômicos uma pauta legislativa própria, uma agenda da desburocratização e da competitividade, e nos seria muito útil a participação do senhor nesse processo.

Acho que esse é um debate desta Comissão de Assuntos Econômicos que está acima dos partidos. Nós temos divergências sobre políticas macroeconômicas, mas há uma pauta que une os mais diversos partidos deste Senado Federal, e essa pauta de continuidade dessa agenda de reformas microeconômicas é uma pauta fundamental.

Então, parabenizando e cumprimentando o senhor pelo trabalho, encerro com essa pergunta.

O SR. MARCOS LISBOA – Quero dizer que é sempre um prazer vir a esta Casa. Esta Casa sempre impressiona, e é uma honra poder voltar.

Vou começar pela Senadora. Eu acho que essas dificuldades crescentes institucionais do Brasil afetaram todos os setores. Acho que o agronegócio também sofre, acho que a indústria sofre. A senhora tem razão. O agronegócio compensa parcialmente as dificuldades da infraestrutura e da logística no Brasil por ganhos de tecnologia. O que eu acho é que uma boa política industrial. Acho que é parte do esforço privado de um Estado que investiu em desenvolvimento e tecnologia. Nós não nos podemos esquecer do papel relevante da Embrapa nesse processo.

Acho que essa é a política industrial correta, ao contrário de outras políticas. É uma política que ajuda, em parceria com o setor privado, a desenvolver, a ajustar o plantio. E colaborou para um grande desenvolvimento do agronegócio, não obstante as imensas dificuldades, porque nós gostamos de atrapalhar o crescimento do setor privado no Brasil, e o agronegócio sofre pela falta de estradas, pelas dificuldades regulatórias, por uma incerteza na ação dos órgãos de controle muito forte. Compensou com tecnologia, que é a maneira, a meu ver, correta de compensar, quer dizer, acho que o melhor caminho para o crescimento da economia é via produtividade: tecnologia é um mecanismo, melhoras institucionais são outro mecanismo. Acho que empréstimo subsidiado não é um mecanismo em geral. Em geral, isso reduz produtividade no aumento. Empréstimo subsidiado em geral... E, sobretudo com o tema “a escolha de vencedores”, porque, se funciona a regra de mercado da meritocracia, isso vai para um investimento mais rentável. Se você tem que furar a fila da meritocracia



para escolher um setor para ser protegido é porque você está tirando recursos que iram para setores mais eficientes, mais produtivos para destiná-los a setores menos produtivos. Portanto, a produtividade cai.

Mas acho que, com a quantidade de distorções... A nossa economia sempre teve um número exagerado de distorções. E esse número de distorções tem crescido nos últimos anos. Isso tem uma consequência econômica muito negativa que é, inclusive, a perda de referência. Acho que a própria indústria, os setores produtivos perdem a referência do que é o Brasil ter mais vantagem competitiva. É tamanha a distorção tributária, as proteções não tarifárias que não são discutidas. Importar uma série de produtos relevantes para a construção civil, por exemplo, ou para serviços médicos, da prótese ao vergalhão, é quase impossível no Brasil. Uma comparação dos preços no Brasil com os de fora mostra a disparidade dos preços no Brasil. E porque são proteções que não estão explícitas, elas não são tarifas, elas são disfarçadas sobre regras técnicas.

E a indústria sofre uma consequência muito negativa, sobretudo na parte de bens de capital e insumos. A grande pauta de exportação no Brasil é de bens de capital e de insumos. E tecnologia para a indústria vem via bens de capital.

Senador Armando Monteiro, acho que sim, acho que um dos problemas graves que temos é a questão da credibilidade, isso afeta. Quer dizer, o investimento longo requer um cenário minimamente previsível. Na medida em que as regras do jogo mudam com frequência, ora há IOF, ora não; ora muda a política fiscal, ora muda a política monetária; afinal, a meta é 4,5 ou tem uma folga? Quer dizer, isso cria um ruído no ambiente econômico que desestimula o investimento. Credibilidade muitas vezes requer ações mais firmes. Às vezes, movimentos institucionais, movimentos de reformas, movimentos que garantam a credibilidade da política. Porque, com o tempo, o discurso vira palavras frágeis, quando ele é repetido várias vezes e os dados insistem em desmenti-lo. Vou voltar à questão fiscal no final, porque ela gerou certa polêmica.

Acho que há uma agenda de reformas que é fundamental. Primeiro, a agenda de reformas em algumas áreas mostrou que coisas simples podem ter muito impacto: consignado, letra de crédito do agronegócio, letra de crédito imobiliário, área de falências – o número de falências caiu pela metade no Brasil –, o financiamento imobiliário, com a 10.931. Enfim, mostrou que coisas simples... O consignado é uma ideia muito simples. No entanto, os juros para as famílias caíram para menos da metade do que eram. Os juros mensais eram de 7%, 8% ao mês e caíram para 2%, 2,5%. E lá ficaram desde então.

Acho que se tem que fazer uma agenda importante para tirar toda essa complexidade do nosso sistema. Não tem por que o Brasil gastar muito mais dias para importar uma mercadoria, para tirar uma mercadoria do porto do que outros países. Não tem por que abrir e fechar uma empresa ser tão complicado. Não tem por que levar soja do Centro-Oeste para o porto ser essa operação que



gera um custo desnecessário para uma atividade produtiva que no fim é uma perda de bem-estar para a sociedade. A sociedade fica mais pobre.

Essa não é uma agenda com charme, essa não é uma agenda de grandes notícias, essa não é uma agenda da primeira página no jornal. Ela é uma agenda difícil, é uma agenda do detalhe, é uma agenda técnica, que requer a participação de todos e um debate transparente. Ela não é uma agenda que dá grande medidas de repercussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS LISBOA – Não é eleitoral. Agora, é uma agenda essencial. Essa agenda é essencial. Ela é trabalhosa, ela é do detalhe.

E o senhor perguntou onde nós tivemos maior fracasso. Eu acho que precisamos das agências regulatórias. Acho que o ambiente regulatório, de fato, é uma área em que o Brasil teve avanços. Começou a ter avanço no governo Fernando Henrique, e acho que infelizmente esse é um debate que a sociedade travou e o caminho foi o da fragilização das agências.

Hoje, ao invés de termos agências com o poder normativo mais claro, menos questionadas na sua autonomia, nós fomos na direção contrária. E muitas vezes eu sei que é tentador o poder discricionário, a capacidade de tomar decisão. Às vezes, na política, na gestão, nós gostamos de ter capacidade de decidir. No entanto, a capacidade de decidir, muitas vezes, ao contrário, fragiliza e não fortalece.

Um debate que não conseguimos levantar no Brasil foi o da autonomia do Banco Central, por exemplo. Isso fortalece a política, não fragiliza a política. O fortalecimento das agências fortalece a política, dá mais tranquilidade, dá mais serenidade, é melhor para o País. O País fica mais forte. Infelizmente, essa é uma agenda em que retrocedemos, e retrocedemos de forma importante, e hoje é o custo da energia, é o custo da logística, é o custo de serviços fundamentais que o País poderia ter em prazos e condições muito melhores do que tem atualmente.

Essa é uma agenda também na parte tributária. Quer dizer, a complexidade do sistema tributário, os impostos sobre produção, isso gera uma incapacidade de a nossa economia crescer. Isso reduz e afeta a produtividade da nossa economia, tira a capacidade de crescimento e induz à informalidade, que é menos produtiva e é extremamente perniciosa ao País. Quer dizer, impostos mais simples, mais claros, é uma agenda de simplicidade. Regras comuns, regras simples, procedimentos facilitados, eficiência na tomada de decisão, acho que essa é uma agenda importante, é uma agenda difícil.

Política industrial e BNDES, eu vejo com preocupação. Em primeiro lugar, é uma agenda que, com frequência, frustra, gera perda de produtividade. Isso hoje está sendo debatido na imprensa com os números que tem, e acho que, no caso do BNDES, como no caso de boa parte da política pública, falta avaliação. Acho que uma agenda fundamental... O Brasil é um país onde se tem uma



facilidade muito grande em introduzir políticas, criar mecanismos, criar instituições. Lembro-me da época do Bolsa Família, em que estávamos olhando a quantidade de programas de transferência de renda e somavam dezenas; a gente conseguiu unificar apenas quatro no Bolsa Família.

Que políticas dão certo, que políticas dão errado? Quais as políticas de transferência mais bem-sucedidas? Quais as políticas do BNDES que deram certo e quais as que não deram? Essa falta de clareza da eficácia e eficiência das políticas permite que sobrevivam políticas menos bem-sucedidas. As políticas vão sendo criadas e perpetuadas, e o País perde eficiência com isso. Deveriam existir mecanismos independentes de avaliação da política. Uma agência, por exemplo, com mandato, em que, cada vez que fosse proposta uma política pública, ou uma política do BNDES, ou de uma agência do governo, ou de um ministério, quando fosse anunciada a política, “olha, quero fazer uma política, essa política tem esses objetivos, vai custar tanto”, essa agência apenas anota. E todo ano ela volta e avalia o que foi feito e qual foi o resultado, e publica o resultado. Fiz uma política para mortalidade infantil, queria gastar x e reduzir a mortalidade em tanto. Todo ano essa agência volta com independência, com autonomia e apenas reporta o resultado. Com isso, as políticas podem ser comparadas, podem ser avaliadas, as boas políticas podem ser... E, eventualmente, políticas que deram certo, como no caso da Embrapa, ou políticas do BNDES que deram certo, podem ser fortalecidas, e as políticas que fracassaram – e fracasso precisa ter transparência na política pública, esse é o melhor remédio para reduzir as políticas menos eficazes – poderiam ser reduzidas. Essa é uma agenda importante.

Por fim, Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pelo menos uma resposta para mim o senhor poderia dar?

O SR. MARCOS LISBOA – Vou lhe dar, desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS LISBOA – Vou voltar também a falar da inflação, quando voltar ao fiscal.

Senador José Agripino, concordo com as suas colocações. Acho que temos uma dificuldade grande com a gestão, com a implantação de políticas, e acho que temos assistido a uma sequência de frustrações com o investimento em infraestrutura. Eu apenas enfatizo que parte também decorre da complexidade do processo de governança do investimento em infraestrutura no País. O setor privado também sofre com esse processo, a multiplicidade de órgãos de controle e a falta de critérios, a falta de critérios para compensação, a falta de critérios e políticas para o Poder Público, as agências ou os órgãos de controle autorizarem. Infelizmente, esta Casa aprovou o projeto, há algum tempo, do SuperCade, em que dizia que, depois de tanto tempo, se o Cade não se manifestar, está aprovada



a fusão, seis meses. Infelizmente, foi vetado esse artigo. Mas é preciso ter responsabilidade...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Dr. Marcos, eu concordo com V. S^a. Agora, vamos fazer aqui uma constatação. Nesta Copa do Mundo, há pelo menos dez megaobras, que são os estádios de futebol, todos PPPs, todos, e todos vão ser entregues no prazo. Todos. É produto da iniciativa privada em megaobras. Se esse exemplo fosse do Poder Público, o Brasil seria outro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Infelizmente, não é não. Os estádios, infelizmente, não são.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Então, eu queria que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obras públicas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Não. Não. São PPPs. São todas PPPs, todas parcerias público-privadas. Todas! Executadas por empresas com financiamento do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone.*) – Infelizmente não são.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Distrito Federal é.

O SR. MARCOS LISBOA – Mas eu acho que a PPP pode ser um caminho de melhorar a gestão. Agora, esse desafio de realizar investimentos complexos eu acho que é muito relevante para o Brasil.

Por fim, entrando na macroeconomia...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Seria muito bom se fosse PPP, Senador José Agripino.

O SR. MARCOS LISBOA – Voltando, então, ao tema da macroeconomia, fiscal e inflação. A inflação, de fato, tem um impacto extremamente negativo. E essa inflação machucou os grupos de menor renda. E não apenas a inflação, mas também... Deixe-me dar um passo atrás. Essa economia nova surgiu, o que se chama de nova classe média são os empregados do setor de serviços. É uma população que tem de 20 a 30 anos, ensino médio completo, uma geração que está melhor do que seus pais. E que está empregada exatamente nos setores de serviços. Passou a ter acesso a crédito, passou a ter emprego em parte formalizado, e urbano.

A inflação de serviços de alimentos é extremamente negativa para essa faixa da população. A inflação deve, momentaneamente, dar uma retrocedida e o Banco Central está atuante, esperamos, para garantir que ela não continue elevada no segundo semestre.

Quando eu retorno ao tema do fiscal, eu entendo a preocupação do Governo – isso que eu procurei deixar claro no começo – com relação à atividade econômica, ao crescimento e, por isso, toma medidas pontuais. Essas medidas



podem, inclusive, ser eficazes no curto prazo. Mas, em médio prazo, Senador, eu temo que os estímulos fiscais enfraqueçam a capacidade de crescimento da economia. Às vezes é preciso um momento um pouco mais difícil, mais duro, para garantir uma sustentabilidade do crescimento a longo prazo.

Eu acho que foi exatamente a ansiedade de enfrentar as dificuldades no curto prazo que levaram a medidas tributárias, de estímulos e a uma frustração com as medidas.

Apenas dois anos depois que a economia começa a reagir, dois anos difíceis e, quando olhamos, por exemplo, para o caso do Chile, vemos que o Chile teve a tempestade perfeita, com terremoto, com crises do salmão, com a crise externa afetando o mercado do cobre. E o Chile encarou uma pequena recessão em 2008, 2009, de 1% e recuperou uma trajetória de crescimento sustentável.

Então, eu fico preocupado e acho que um fiscal fortalecido ajudaria, inclusive, o combate à inflação.

É preocupante e a senhora tem toda razão sobre o investimento em infraestrutura, em particular em energia. Hoje, com todas essas dificuldades que nós temos, os investimentos são de difícil realização, acabamos tendo que nos basear em termoelétricas, que são mais caras e mais poluentes.

E de fato, com a evolução dos preços, a demanda tem crescido significativamente e o resultado tem sido uma situação difícil nessa área.

Espero que ela fique apenas difícil.

Obrigado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor, o problema da dívida bruta líquida.

O SR. MARCOS LISBOA – Sim, o senhor tem toda razão. Eu tinha mencionado isso na minha fala. Tem sido criada uma série de mecanismos de transferência de recursos que não passam pela dívida líquida. A dificuldade é que essa dívida se manifesta em algum momento à frente. Isso passa na capitalização dos bancos públicos, passa em aumento de empréstimos, passa nas operações longas a juro subsidiado.

Eu acho que toda transferência de recursos, mesmo a que vai se realizar ao longo dos anos, deveria estar contabilizada a valor presente. Se eu dou empréstimo subsidiado a TJLP por dez anos, essa conta deveria estar registrada e marcada hoje. Senão, estamos transferindo recursos futuros e comprometendo o equilíbrio fiscal da sociedade.

E a relação bruta e líquida reflete um pouco essa deterioração.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam, o Prof. Marcos Lisboa tem um voo às 13h50 e posso dizer que ele está quase....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para fazer uma reflexão em cima do que ele disse. A sensação que eu tenho, Prof. Marcos, é



de que economia é um organismo e não é bom usar anabolizantes. O Governo brasileiro vem tentando aplicar anabolizantes em um músculo e em outro músculo e isso vai prejudicar o organismo.

O SR. MARCOS LISBOA (*Fora do microfone.*) – Obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Prof. Marcos Lisboa e aos Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que na próxima terça-feira começamos reunindo a Comissão de Assuntos Econômicos às 9h30.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)